

# Sant'Anna recua e não vai propor emendas

Da Sucursal de Brasília

O líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), recuou ontem em sua intenção de questionar, no plenário da Comissão de Sistematização, a proibição de alterar o conteúdo dos artigos do anteprojeto do deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM). "O projeto é esse mesmo. Não vamos entrar no mérito agora", disse Sant'Anna.

Sant'Anna fez esta declaração depois de reunir-se com o deputado Ulysses Guimarães (SP), presidente



do Congresso constituinte e do PMDB, e com os senadores Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) e Afonso Arinos (PFL-RJ), presidente da Comissão de Sistematização, além de Cabral. Depois de quase uma hora de discussão, Ulysses convidou Sant'Anna para a reunião em seu gabinete, que se estendeu por quase mais uma hora.

"Ontem, eu fiz uma consideração que teve muita repercussão: como podemos derrubar o anteprojeto todo e não podemos emendar o conteúdo dos artigos", disse Sant'Anna. À tarde, Afonso Arinos procurou o líder do governo para um entendimento e depois seguiu para o gabinete de Ulysses. Sant'Anna disse que nesta fase serão tratadas apenas "formalidades intrínsecas".

Mesmo assim, Sant'Anna afirmou que Ulysses deve divulgar hoje um documento explicando os critérios para a diferenciação das emendas de conteúdo das de redação. Como mais de uma comissão temática propôs soluções diferentes para um assunto, pode-se interpretar que a opção da Comissão de Sistematização por uma ou outra é apenas adequação.

## Parecer

"Não é cabível levantar questões de ordem sobre mérito", disse Cardoso, preocupado com possíveis manobras de obstrução dos trabalhos. Até as 24h de amanhã, Cabral e os relatores-adjuntos devem apresentar um parecer sobre as 1.327 emendas de adequação selecionadas dentre as 5.607 apresentadas.



O deputado Carlos Sant'Anna

## Brasil deve ter eleição presidencial logo após nova Carta, afirma Seabra

Da Sucursal de Porto Alegre

Na abertura do 8º Congresso Brasileiro de Direito Constitucional, às 20h de ontem, em Porto Alegre (RS), o jurista Miguel Seabra Fagundes, 70, ex-ministro da Justiça (1954-55) e ex-presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no mesmo período, disse que a não realização de eleições diretas para a Presidência da República logo após a promulgação da nova Carta fará com que o Brasil tenha "uma meia nova ordem jurídica, devido à permanência, no Poder Executivo, de

um resíduo do regime militar, ou seja, o presidente eleito indiretamente, pelo Colégio Eleitoral".

Ontem pela manhã, em entrevista, Seabra disse que é infundada a tese de que o mandato de Sarney é de seis anos, como dispõe a Carta atual. "Não há direito adquirido em relação ao poder constituinte, que vem exatamente para fazer tudo de novo". Para ele, a simples discussão da possibilidade de o mandato de Sarney durar seis anos representa "uma contenção do processo de redemocratização".

## Arinos reafirma que é contrário à exigência do diploma de Jornalismo

Da Sucursal de Brasília e da Redação da Folha

O presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos (PFL-RJ), afirmou ontem ser contra a exigência do diploma específico para os jornalistas e para "outras profissões das Ciências Sociais". Ele disse que defendeu esta posição na Comissão Provisória de Estudos

Constitucionais, mas foi derrotado. Já o jornalista Osmar Santos, 37, afirmou que "a faculdade ajuda a melhorar o nível dos profissionais. Faz também com que a classe tenha um perfil definido, o que, consequentemente, permite uma melhor atuação do sindicato". Segundo ele, porém, a exigência não deveria ser aplicada às profissões "que digam respeito mais ao radialismo".